



Os arquivos das casas–museu em Portugal: um diagnóstico preliminar

Paulo Eduardo Guimarães

Departamento de História. Universidade de Évora
peg@uevora.pt

Laurinda Paz

Câmara Municipal de Portimão
laurindasp@gmail.com

Resumo

Este estudo reflete na relação entre os museus e os seus arquivos, com base em dados colhidos em treze casas–museu existentes em Portugal. Procede ao reconhecimento dos acervos custodiados pelas casas–museu e atenta na forma como os seus profissionais compreendem, usam e têm valorizado esse património. A partir de um inquérito indireto e do conhecimento empírico aprofundado de alguns casos, revela-se uma realidade bastante diversificada no que diz respeito à existência e às características dos acervos, ao seu uso e valorização no contexto do trabalho museal, à perceção da sua função pelos seus técnicos e pelas entidades que as tutelam. Embora os documentos de arquivo integrem as coleções museais e sejam considerados por vezes fundamentais para a atividade do museu, verifica-se, na prática, uma subalternização dos arquivos e da sua função no quadro destas instituições.

Palavras–chave: Arquivos de Casas–Museu (Portugal – século XX); Coleções documentais (casas–museu); Atitudes e práticas profissionais

Abstract

This study reflects on the relationship between museums and their archives, using data from thirteen historical house museums in Portugal. We consider the collections under custody of this type of museums and how their professionals understand, use

and valued these assets. The record survey and empirical knowledge in some cases shows that the collections are of different types, and diversified their use and exploitation in the context of the museums' activities. The perception of their role by the technical staff and by the entities that manage them are also described. Although historical records very often integrate the collections of historical house museums and they are considered essential for the activity of the museum, in practice the archival work is also often neglected.

Key-words: Museum's archives (Portugal - 20th century); Collections (House Museums); Professional practices and attitudes

Apesar do interesse atual dos profissionais de arquivo e dos museus pelo desenvolvimento dos sistemas de informação nas instituições de memória e patrimoniais, continuam a ser mal conhecidos os arquivos custodiados pelas instituições museológicas em Portugal. Pouco sabemos sobre a sua natureza, a sua organização, o seu estado de conservação, as condições de segurança, as condições de acesso pelo público, os instrumentos de pesquisa e a sua função *concreta* nessas organizações. A visibilidade pública desses fundos e coleções é ainda escassa e encontra-se dispersa em apontamentos breves, quase sempre lacónicos na descrição do seu conteúdo.¹ O Portal Português de Arquivos não fornece essa informação e a página na web do Instituto dos Museus e da Conservação apenas nos permite vislumbrar a diversidade dos arquivos, coleções e espólios que integram ou que se encontram associados aos museus que tutela ou vem apoiando.

No entanto, os museus contêm frequentemente algum tipo de arquivo ou de coleção documental, que vai muito para além da documentação *diretamente* relacionada com as coleções museais que exibem². E nem sempre o vínculo institucional ou orgânico entre os fundos documentais e o museu é imediato ou evidente para o público³. Acontece, por vezes, que o museu se constitui como uma instituição da memória que dá entidade a uma região e, por essa via, acaba por desempenhar um papel relevante na salvaguarda do seu património documental. O Centro de Documentação do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, por exemplo, integra atualmente 19 fundos de arquivos empresariais daquela região, 6 fundos de arquivos corporativos da fileira dos lanifícios, 10 arquivos pessoais e familiares, para além do arquivo da Associação Comercial e Industrial da Covilhã⁴. O museu acabou assim por incorporar uma parte substancial do património histórico documental associado à memória da lã naquela região.

A partir meados da década de 1980, a onda de desindustrialização no país, que vitimou antigas empresas industriais, foi responsável por algumas intervenções bem-sucedidas que conduziram à musealização daqueles espaços e à salvaguarda de arquivos empresariais⁵. Nos casos bem resolvidos, a abordagem holística ao património material e imaterial da indústria articulou e manteve a unicidade existente entre a organização

produtiva e empresarial, os meios de produção, as ferramentas e máquinas-ferramentas, os espaços vividos no espaço fabril, de memória recente, e a informação registada. A fronteira entre o objeto de museu e a peça de arquivo esbate-se nestes contextos, sem que seja clara, a coerência na gestão informacional daquele conjunto⁶.

A museologia realça o processo de documentação das suas coleções, o tratamento de dados provenientes dos fundos dos museus, nos documentos escritos que informam, e que provam a autenticidade e a propriedade dos artefactos que compõe esses fundos⁷. A separação entre as unidades de informação e os objetos museais reunidos artificialmente e exibidos de forma descontextualizada encontra-se na génese dos museus (Bennett, 1995; Findlen, 1980). A evidência empírica parece sustentar a hipótese de haver uma tendência, por parte dos museus e dos seus profissionais, para secundarizar a documentação histórica que acabam por custodiar, quando não cedem à tentação de depositar essa documentação em instituições arquivísticas, perdendo-se o elo entre o trabalho museal e a valorização do património documental.⁸ Em suma, importa identificar nesta abordagem também atitudes, as práticas e os usos dados pelos profissionais aos arquivos e coleções custodiados por museus.

Está fora das nossas possibilidades proceder a uma análise em extensão a todos os museus portugueses e, por isso, centrámos a nossa atenção nos arquivos das casas-museu. Desta forma delimitámos um universo que consideramos relevante para a observação dessas práticas. As casas-museu combinam um conjunto de características que as colocam numa posição mais desfavorável para a valorização documental do que os museus de grande e de média dimensão. São entidades que dispõem quase sempre de escassos recursos técnicos, humanos e financeiros e que, por isso, têm um funcionamento frequentemente precário ou uma atividade menos regular ao longo do tempo. O número de visitantes é frequentemente muito baixo e têm uma localização que nem sempre as favorece. Apesar disso, os fundos e as coleções documentais que custodiam são bastantes diversificados (*v. infra*)⁹.

O duplo objetivo deste texto é, em suma, o de proceder ao reconhecimento dos arquivos custodiados pelas casas-museu existentes em Portugal e de descrever a forma como os seus profissionais compreendem, usam e têm valorizado esse património. Para isso servimo-nos dos dados apurados no Inquérito Documental à Casas-Museu em Portugal (IDCM/P, 2012), de alguns estudos e recursos informacionais disponíveis na Web, bem como da nossa observação direta e participante¹⁰. Mais do que apresentar resultados exaustivos ou definitivos, procurou-se tipificar contextos, comportamentos e identificar algumas questões emergentes do pronto de vista arquivístico.

Quadro conceptual e referências históricas

As casas-museu ou as *casas históricas musealizadas* são edifícios que foram destinados prioritariamente à habitação e que, devido ao valor histórico atribuído, a

sociedade civil ou o Estado decidiram patrimonializar, conservando-os ou restaurando-os, e dando-lhes um novo fim como museu¹¹. O seu valor histórico é frequentemente dado pela qualidade da pessoa ou da família que habitou a casa, pelo seu valor arquitetónico, pela qualidade das coleções e objetos museais que exhibe, enfim, pelos valores e pela memória que defende (Butcher-Youngmans, 1993; Kanawati, 2006). Nos Estados Unidos da América representa o tipo de museu mais numeroso, estando diretamente associado aos valores do patriotismo norte-americano. A casa-museu é uma instituição que nasce do elitismo burguês e republicano, que celebra presidentes, escritores, artistas, cientistas, grandes empresários, notáveis, políticos, gente famosa, enfim, heróis numa conceção romântica da História. Começou por cultivar os valores do indivíduo e do individualismo, do sucesso social e também os valores da família e do modelo de vida familiar burguesa. Porém, a partir da II Guerra Mundial, este quadro diversifica-se. Na Grã-Bretanha verifica-se um movimento de musealização e de abertura ao público de antigos palácios, propriedade da aristocracia terratenente, enquanto, por outro lado, a democratização da vida social trouxe consigo a valorização de um *olhar para baixo*. Nos E.U.A., “it is now becoming possible for visitors to see how a coal miner and his family might have lived in a shack in Pennsylvania or where domestic servants lived on the great estate of an industrialist or how enslaved people carried out their lives on antebellum plantations” (Butcher-Youngmans, 1993, p.6). Enfim, as casas-museu tornam-se também espaços que visam transmitir novas ideias e valores, preservar memórias, celebrar identidades, enfim, educar pela experiência efémera da vivência da intimidade de um espaço.

Esta diversificação genética conduziu recentemente a um esforço de classificação das casas-museu pela Comissão Internacional para a Conservação e Gestão das Casas-Museu do ICOM (Demhist, sigla em inglês)¹². Foram propostas 9 classes ou tipos de casas-museu, a saber: (1) *Casas de Personalidades* (de escritores, artistas, músicos, políticos, heróis militares, etc.); (2) *Casas de Coleção* (casa de um antigo colecionador que é usada para mostrar a sua coleção); (3) *Casas Estéticas* (quando a principal razão para a sua musealização é a própria casa vista como obra de arte); (4) *Casas Históricas* (casas que celebram um acontecimento histórico que teve lugar na ou através da casa); (5) *Casas de Comunidade* (casas-museu estabelecidas por uma comunidade local como um meio de referência para a sua identidade histórica e cultural); (6) *Casas Antigas* (casas rurais da nobreza ou pequenos castelos abertos ao público); (7) *Casas de Poder* (palácios e grandes castelos); (8) *Casas do clero* (casas de habitação do clero); (9) *Casas Humildes* (casas de arquitetura vernácula que refletem um tipo de vida perdido ou uma antiga forma de construção) (Bryant & Behrens, 2007; Ponte, 2007, pp. 25-30; Gomes, 2012).

Um universo de contornos difusos

As casas-museu em Portugal definem um universo de contornos difusos que torna difícil uma quantificação exata.¹³ Nem todas as entidades museais que receberam o título de

“casa” ou “casa-museu” correspondem a museus desse tipo ou sequer têm um número mínimo de requisitos para serem consideradas um museu. Faltam-lhes frequentemente visibilidade, nomeadamente na Web, e têm uma existência precária¹⁴. Neste contexto, foi possível identificar 89 casas-museu em Portugal (continente e ilhas). O IDCM/P (2012), inquérito indireto dirigido a essas instituições, reuniu respostas de 35 entidades. A lista das unidades museais sem resposta encontra-se em anexo (tabela 4) e revela o peso das Casas Humildes ou casas etnográficas. Das entidades com acervos patrimoniais que não responderam ao inquérito encontram-se as Casas-Museu Egas Moniz, Manuel Mendes, José Fernandes Mascarenhas, Abel Salazar, Teixeira Lopes e a Casa Estúdio Carlos Relvas¹⁵.

Essa sondagem mostrou que, em Portugal, se verificou nas últimas décadas um grande aumento de *casas humildes*, que celebram modos de vida passados de gente do povo¹⁶. Se deixarmos de fora este grupo, onde não é muito frequente a constituição de coleções documentais, verificamos que na lista das casas-museu predominam as *casas de personalidades* e as *casas de coleção* (tabela 3). A cronologia das casas-museu que dispõem de arquivos (30 casos), mostra que a maior parte é constituída a partir da década de 1980. Assim, as mais antigas, em número de três, foram criadas nas décadas de 1930 e 1940. Nas décadas de 1960 e de 1970 foram criadas 10. Nas duas décadas seguintes foram criadas mais 12 e, já neste século, mais 6.

A origem destas instituições encontra-se geralmente no desejo de perpetuação da memória de uma personalidade, de uma família, a unidade de uma coleção de arte e/ou a integridade da casa. A iniciativa partiu, em alguns casos, do proprietário que, desta forma, acumulou os papéis de benemérito e de homenageado. A amostra constituída revelou que, em 60 por cento dos casos, as casas-museu foram instituídas por vontade dos doadores. Para além de perpetuar o nome de um homenageado ou família, uma parte significativa revela a intenção de manter reunidas e preservadas coleções de arte e de artefactos de valor constituídos, como foi o caso das doações de Francisco de Almeida Moreira, de José Relvas, do Anastácio Gonçalves, de António de Almeida, de Frederico de Freitas e de António de Medeiros e Almeida.

Atendendo apenas às instituições que responderam ao inquérito documental (IDCM/P, 2012) verificamos que a maioria das personalidades homenageadas viveu entre meados do século XIX e meados do século XX, foram membros de uma elite cultural e partilharam alguns espaços de sociabilidade estruturantes da nação. Grande número frequentou a Universidade de Coimbra como Manuel de Arriaga, José Relvas, Fernando Namora, Afonso Lopes Vieira, entre outros. Outros tiveram ligações ao movimento republicano como José Relvas, Leal da Câmara, Guerra Junqueiro, Aquilino Ribeiro e Manuel de Arriaga. Compartilhavam, por isso, interesses e valores estéticos, o gosto pela arte e uma atenção ao património como Anastácio Gonçalves, José Relvas, Egas Moniz, Reynaldo dos Santos e Almeida Moreira. Entre vários é possível reconhecer relações de amizade, como foi o caso de José Relvas, Almeida Moreira, Afonso Lopes Vieira e Reynaldo dos Santos.

Em suma, este conjunto de casas-museu é fortemente marcado pelas instituições de tipo 1 e 2. Elas homenageiam artistas (7 casos), médicos (6), escritores e poetas (6), professores (5), grandes empresários e/ou proprietários (7), colecionadores de arte (10), gente que se notabilizou no exercício de cargos políticos e administrativos (7). Nesta lista predominam os membros duma elite gerada pela sociedade burguesa e onde é expectável encontrar nos seus acervos registos das múltiplas atividades que desenvolveram e dos

papéis sociais que assumiram¹⁷. Ora, os espólios de personalidades destacadas no panorama cultural, artístico, científico e político português revelam-se também importantes para o estudo das suas personalidades, do seu percurso, da sua produção intelectual e artística e para o conhecimento de redes sociais, da época em que viveram e das relações com outras personalidades. Nessa perspetiva, estes espólios podem ser estratégicos para a conceção e valorização da casa-museu, inscrevendo-se no seu plano de ação.

A tutela destas instituições ficou a cargo de poderes públicos em 19 casos, com destaque para os municípios. Apenas 28,6 por cento das entidades que responderam ao inquérito estão tuteladas por entidades privadas (8 fundações e 2 particulares) e, num caso, por uma associação.

No que respeita aos recursos humanos que dispõem, são as casas-museu tuteladas por entidades privadas que detêm o maior número de trabalhadores. Em 6 casos, não existem técnicos com formação superior e 10 contam apenas com 1 técnico superior. A importância do arquivo para o desenvolvimento da atividade museal parece ser muito subestimada pois, no conjunto, 16 casas-museu não tinham qualquer funcionário afeto ao arquivo, 10 tinham 1 funcionário e apenas 4 tinham dois funcionários com responsabilidades nessa área. A sua atividade na área documental incide no inventário, concebido fundamentalmente como instrumento de controlo documental. Assim, todas as casas-museu que responderam ao inquérito tinham as suas coleções inventariadas, embora em 9 casos este existisse apenas em suporte papel. É também frequente guardarem inventários mais antigos, anteriores ou realizados no contexto da musealização. No entanto, apenas 17 instituições referiram conservar a documentação que deve acompanhar os processos de transformação das casas em museus. Tal como sucede com outra documentação de arquivo, ela acaba por vezes nos arquivos das instituições que as tutelam como sucede com a Casa-Museu José Régio, de Vila do Conde.

Apesar da menor atenção dada aos seus arquivos patrimoniais, as coleções das casas-museu que se encontram expostas ao público integram quase sempre documentos de arquivo (23 casos), livros ou outros documentos existentes em biblioteca (22) e fotografias (17 casos). Entre os objetos museais mais mostrados encontramos as pinturas (25), as esculturas (21), os desenhos (18), as gravuras (17), os objetos de arte decorativa (18) e os artefactos arqueológicos (6).

Âmbito e conteúdo

A documentação que podemos encontrar nas casas-museu pode ser dividida nas mesmas quatro categorias que existem ou devem existir em qualquer instituição museológica: (a) documentação, independentemente do tipo ou formato, incorporada nas coleções museológicas por oferta, aquisição ou empréstimo; (b) documentação de arquivo depositada no museu por outras entidades legalmente constituídas; (c) documentos associados às coleções museológicas; (d) documentos administrativos que resultam da sua atividade (Reino Unido. SCAM, 2002).

A documentação que se pode encontrar mais frequentemente nos acervos das casas-museu pertence às duas últimas categorias. Neste caso, as situações são muito díspares, a começar pela dimensão do acervo. Assim, o mais pequeno tem apenas meio metro linear

(Casa-Museu Afonso Lopes Vieira) e o maior cerca de 120 metros lineares (Casa-Museu Reynaldo dos Santos, v. tabela 6). O inquérito veio mostrar também que, em 22 instituições, coexistem documentos provenientes dos patronos ou dos homenageados e os resultantes da atividade museológica. Quatro informaram possuir apenas acervo institucional e igual número optou por não responder a esta questão.

Nesta amostra, 12 casas-museu declaram possuir arquivo, biblioteca e centro de documentação, 8 arquivo e biblioteca, 4 apenas arquivo, 3 apenas biblioteca e uma casa-museu tem um centro de documentação (tabela 5). Deste modo, encontramos unidades de informação associadas à função museológica em 80 por cento das instituições. Em 24 casos estamos perante “arquivos”. Contudo, uma visita ao local ou o cruzamento das respostas com outras fontes de informação mostra que estas afirmações devem ser vistas em contexto e podem mesmo ser equívocas. A Casa-Museu Bissaya Barreto, por exemplo, preserva no seu centro de documentação o arquivo pessoal de Fernando Bissaya Barreto (1886-1974) e a sua biblioteca privada, o acervo arquivístico e bibliográfico da fundação e da casa-museu¹⁸.

A esmagadora maioria das casas-museu não dispõe, como seria de esperar, de verdadeiros serviços de informação, com quadros de pessoal próprio, espaços de receção de investigadores e destinados à consulta de documentação. Neste contexto, arquivos, bibliotecas e centros de documentação designam apenas espaços que albergam os acervos. Ainda assim, as casas-museu Adelino Ângelo, José Régio (Portalegre) e a do Pintor José Cercas declaram não possuir nenhuma destas valências¹⁹.

Sintoma ainda da subestimação dos seus arquivos está no facto de, quando questionadas sobre o âmbito cronológico da documentação de arquivo, os responsáveis, os técnicos ou os curadores fornecerem informações vagas ou não serem capazes de responder (8 casos). Identificam, na generalidade, o acervo histórico com o período em que viveram as personalidades (séculos XIX e XX). Porém, há exceções relevantes. A Casa de Tames e a Casa dos Patudos, por exemplo, incluem documentação desde o século XVI, a Casa-Museu Passos Canavarro informou possuir documentação dos séculos XVIII, XIX e XX e a Casa-Museu José Maria da Fonseca preserva documentos resultantes das atividades privadas e empresariais desde o século XVII até à atualidade.

O conteúdo dos acervos patrimoniais reflete em diferente medida as atividades da personalidade, família ou comunidade que esteve na origem da instituição museológica. Estamos perante *documentos pessoais* e/ou acervos que refletem as atividades dos homenageados (18 casos). Por vezes, a documentação de índole pessoal pode aparecer associada a coleções documentais criadas pelo próprio ou por terceiros e a fundos empresariais. Dez museus reconheceram que os documentos históricos são resultantes das atividades de várias pessoas, com relações familiares entre si. Porém, isto não significa necessariamente que estejamos perante arquivos familiares. Na Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, a documentação histórica reduz-se ao processo de doação e de constituição do museu.

Entre as tipologias documentais mais frequentes nas 28 instituições que responderam a esta questão encontramos as fotografias, os documentos relativos à atividade profissional dos homenageados, os recortes de jornais e a correspondência (tabela 1). A existência de primeiros inventários artísticos é comparativamente menos frequente, registrando-se em apenas 36 por cento das casas-museu. Faturas de aquisição de objetos artísticos existem em 71,4 por cento destes casos e a documentação de família em 78,6 por cento destes casos.

No que respeita ao arquivo administrativo ou corrente, verifica-se a presença de documentação que cobre um conjunto diversificado de funções na gestão das casas-museus. Neste destaca-se a correspondência recebida (em todas as 28 instituições que responderam) e expedida, a documentação relativa à gestão administrativa, os inventários de coleções, os empréstimos, as fotografias de eventos, os estudos de obras de arte e os documentos relativos à história local (tabela 2). Menos frequentes são os documentos relativos a compras de obras de arte, a relatórios de restauro, revistas de imprensa e aos projetos educativos.

Formas de aquisição

A maioria dos acervos históricos foram legados pelo patrono (14 casos). Menos frequentes foram os documentos legados por familiares e amigos do homenageado (5 casos) ou ainda por outras pessoas (4 casos)²⁰. A compra é excecional. Apenas no caso do acervo de José Régio, preservado pela Casa-Museu em Vila do Conde, foi adquirido aos herdeiros. Frequentemente, estes acervos encontravam-se na casa de residência que foi objeto de doação, constituindo vestígios da atividade das pessoas que viveram nas casas²¹.

[Valores absolutos e relativos]		
Tipologias documentais	Casos	%
Documentos de família	22	78,6
Documentos relativos à construção da casa	16	57,1
Inventários artísticos	10	35,7
Faturas de aquisição de objetos artísticos	20	71,4
Manuscritos de obras literárias e científicas	15	53,6
Diplomas e condecorações	22	78,6
Documentos relativos à atividade profissional	26	92,9
Documentos relativos à formação académica	21	75,0
Correspondência	25	89,3
Recortes de jornais	24	85,9
Fotografias	28	100,0

Tabela 1

Distribuição da frequência das tipologias documentais nos acervos históricos das Casas-Museu em Portugal

Fonte: *Inquérito Arquivístico às Casas-Museu, 2012*

Nem sempre os beneméritos tiveram consciência do valor deste legado, referindo-o expressamente nos atos de doação, como sucedeu com a Casa de Tormes, a Casa dos Patudos, a Casa-Museu Reynaldo dos Santos, o Museu Ferreira de Castro e a Casa-Museu Eng. António de Almeida. Outras vezes os acervos resultam de múltiplas doações realizadas ao longo do tempo e não apenas das pessoas que fizeram a doação do imóvel e dos seus bens, como sucedeu na Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis. Noutros casos ainda encontramos documentação dos familiares que fizeram a doação e/ou de outras pessoas do núcleo familiar, para além de documentos dos homenageados. São disso exemplo, a Casa de Tormes, a Casa-Museu Leal da Câmara e a Casa-Museu Reynaldo dos Santos.

Tratamento e organização

Uma parte importante das casas-museus que dispõem de documentação histórica, sujeitaram esses espólios a algum tipo de tratamento arquivístico (12 casos)²². Verificou-se que o acervo não tinha sido intervencionado somente em 16 por cento dos casos. Porém, apenas em 3 museus essa intervenção terá sido realizada por profissionais de arquivo²³. De salientar que, dos seis museus que tinham ainda em curso o tratamento da documentação à data do inquérito, só duas afirmaram ter nas suas equipas pessoal com competências na área. Por vezes verificou-se o recurso a entidades externas, como sucedeu com a Casa de Tormes, com a Casa-Museu Passos Canavarro e com a Casa-Museu Frederico de Freitas, quando não se optou por depositar a documentação em instituições arquivísticas. Refira-se ainda que duas casas-museu (Manuel Mendes e Abel Salazar) optaram por desenvolver parcerias no quadro do projeto Casa Comum, encontrando-se o seu catálogo integrado no seu portal na Web.

[Valores absolutos e relativos]

Séries documentais	Casos	%
História Local	19	67,9
Estudo de obras de arte	21	75,0
Inventário de coleções	26	92,9
Gestão administrativa	26	92,9
Correspondência recebida	28	100,0
Correspondência expedida	23	82,1
Relatórios de restauro	16	57,1
Revistas de imprensa	17	60,7
Fotografias de eventos	22	78,6
Projetos educativos	18	64,3
Compras de obras de arte	8	28,6
Empréstimos de obras de arte	21	75,0

Tabela 2

Distribuição da frequência de séries documentais
no arquivo administrativo das Casas-Museu em Portugal
Fonte: *Inquérito Arquivístico às Casas-Museu, 2012*

Neste contexto, não surpreende que em apenas 23 por cento destes museus existisse um quadro de classificação²⁴. Em 9 casos (30 por cento) é indicada a existência de catálogos ou de inventários dos acervos e noutros 4 dizia-se estarem em elaboração. Cinco entidades admitiram não dispor de qualquer instrumento de controlo e de recuperação da informação²⁵.

Instalação

A documentação histórica de arquivo nas casas-museu, quando existe separada das coleções, encontra-se quase sempre instalada em salas próprias²⁶. Mas há exceções. A Casa-Museu Medeiros e Almeida, tal como a Casa-Museu Fernando Namora, têm o seu acervo disperso por diferentes salas da casa. Mais frequentes, porém, são os acervos documentais não estarem no edifício musealizado. O acervo documental da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira encontra-se no Arquivo Municipal da Marinha Grande. De forma análoga, o acervo arquivístico de Frederico de Freitas encontra-se no Arquivo Regional da Madeira. Também os documentos de arquivo dos patronos da Casa-Museu Passos Canavarro foram depositados no Arquivo Distrital de Santarém. Neste caso, só alguns documentos dos séculos XVIII e XIX ficaram na casa a integrar o circuito expositivo para darem coerência museológica à sala destinada a homenagear o estadista Passos Manuel e a outros espaços relativos à história da família Passos Canavarro. A Casa-Museu José Régio tem a documentação do arquivo intermédio no Museu Municipal de Portalegre e apenas conserva a documentação de arquivo corrente. Já a Fundação Eng. António de Almeida tem essa documentação no seu “arquivo geral”. Registe-se, finalmente, alguns casos em que não existe documentação dos homenageados, como acontece na casa de Guerra Junqueiro ou na de Aquilino Ribeiro.

O acesso

A legislação portuguesa faz depender da vontade dos proprietários o acesso a acervos de produção e de tutela privadas. O acesso aos arquivos de casas-museu tuteladas por organismos públicos pode, quando necessária, ser obtida junto dos conservadores ou, no caso das autarquias, junto dos responsáveis com o pelouro das unidades museológicas. Nos dois casos podem constituir obstáculos para o acesso a proteção de dados pessoais, a falta de organização e de instrumentos de controlo e de recuperação da informação de arquivo, enfim, a ausência de instrumentos de gestão do acesso. No entanto, o interesse destes arquivos por parte de investigadores é conhecido, chegando mesmo à litigância pelo exercício dessa prerrogativa. Apesar disso, existe, na generalidade das casas-museu, uma predisposição para facilitar o acesso à documentação histórica²⁷. Por norma, o interessado deverá requerer autorização à entidade que tutela o museu. Assim, numa avaliação de conjunto, o maior problema que persiste no acesso público parece ser mesmo a sua falta de visibilidade.

No que concerne aos utilizadores dos arquivos, apenas nove casas-museu os quantificam. Entre 2005 e 2010, o número de visitantes em cada uma delas, ao longo do ano, oscilou entre 250 e cerca de 16 mil. Ora, o número de consultas de documentos por utilizadores externos foi residual, não chegando à dezena, por norma. A Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis, com mais utentes, não conseguiu atingir uma centena de consultas. A Casa-Museu Bissaya Barreto, por seu turno, registou 244 utilizadores em 2010. A Casa-Museu José Régio, em Vila do Conde, com 2-3,5 mil consultas nestes anos constitui uma exceção que reflete as atividades desenvolvidas pelo Centro de Documentação diretamente com o público. Não se verifica, em qualquer caso, qualquer relação entre o número de visitantes e a exploração do arquivo.

Difusão cultural

Embora sejam frequentes as publicações de catálogos e de obras relativas às coleções e à temática invocada pelas casas-museu, as publicações sobre o seu acervo arquivístico são excepcionais, como aconteceu com as casas-museu Leal da Câmara, Guerra Junqueiro ou Afonso Lopes Vieira. Catorze museus responderam negativamente e em quatro casos não obtivemos resposta a esta questão. Desconhecemos a existência de catálogos ou de inventários impressos que resultem do tratamento dos acervos destas entidades. Apesar disso, documentos de arquivo são frequentemente utilizados em exposições permanentes ou temporárias (17 casos) acabando, por vezes, por ser reproduzidos em publicações que as recordam. Em alguns casos, há a consciência de que esses acervos foram utilizados para a produção de teses académicas (Casa-Museu Passos Canavarro e o Museu Ferreira de Castro).

A este respeito importa referir que a publicação de catálogos e de cópias digitais de documentos na Web é excecional, como sucede com o arquivo da Casa dos Patudos²⁸. A Casa-Museu Abel Salazar, por exemplo, tem o seu catálogo integrado na Casa Comum (Fundação Mário Soares) que o disponibiliza parcialmente ao público através da rede²⁹.

Tal como sucede com as instituições de memória, assinala-se o esforço de muitas casas-museu para utilizarem as tecnologias da Web 2.0 na sua estratégia de difusão cultural, de fidelização e de captação de novos públicos. Esse estudo está fora do âmbito deste texto. Saliente-se apenas, neste contexto, que a descrição sumária e mesmo a simples referência à existência de coleções ou de fundos de arquivo é excecional, mesmo nos casos em que as casas-museu contam com domínio próprio (ALVIM, 2009).

A função dos arquivos nas casas-museu

É geralmente reconhecido aos arquivos nos museus uma dupla função: por um lado, são um recurso administrativo e, por outro, são uma fonte para todo o tipo de pesquisa sobre o museu e sobre as coleções. A importância dos arquivos nos museus tem conduzido à produção de literatura especializada, de guias de boas práticas para estes arquivos e

destinados sobretudo aos arquivistas e ao pessoal técnico que trabalha nos museus (WYTHE, 2004; EUA. SAA, 2013^a e 2013b; MORRIS, 2006).

No caso das casas-museu, a documentação histórica aparece intimamente associada ao seu objeto e missão como sucede, em especial, nas classes 1 e 5. Estes acervos constituem ainda uma fonte para a história biográfica da personalidade que se pretende homenagear ou de uma comunidade, para além de servirem de suporte à história da instituição e dos objetos da coleção. Ao visitar a casa de um escritor, cientista, artista, músico, membro da elite ou herói nacional, o utente espera encontrar fotografias, cartazes, documentos autógrafos, textos autênticos, recortes de imprensa como suporte à narrativa do homenageado que a casa-museu pretende veicular. O mesmo se passa relativamente às casas-museus de comunidade. Nos dois casos, não só a separação entre o arquivo patrimonial e os objetos museais é artificial como é desejável que os seus curadores tenham um papel ativo na valorização e no esforço de identificação de espólios e documentos relevantes para a instituição. Também o perfil dos utilizadores externos é vasto e diversificado: historiadores sociais, historiadores da ciência, cientistas políticos e sociais, críticos e historiadores de arte, arquitetos, antropólogos, escritores, agentes culturais e turísticos. É, portanto, relevante compreender as atitudes dos seus profissionais e responsáveis face a esse património.

A perceção sobre o valor funcional destes arquivos é diversa: nuns casos consideram-se fundamentais para o conhecimento dos homenageados, como sucede na Casa-Museu José Régio (Vila do Conde), na Casa dos Patudos, na Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Corrêa e a Casa de Tormes; noutros casos destacam o seu papel para a história das instituições e dos objetos museológicos (casas-museu Afonso Lopes Vieira, Aquilino Ribeiro e Almeida Moreira). Em todos os casos é reconhecida a natureza única da informação que transmitem, o seu valor probatório e o seu papel para a salvaguarda duma memória. Nessa medida são considerados como um recurso disponível, válido e até insubstituível para o trabalho museológico³⁰. Há também um reconhecimento da relação entre os documentos de arquivo e a função de comunicação da instituição (Casa-Museu Guerra Junqueiro e a Casa-Museu José Maria da Fonseca) e nas atividades do Serviço Educativo, na Exposição e Publicações (Casa-Museu Frederico de Freitas) e Conservação. Finalmente, algumas casas-museu referem a importância dos arquivos na documentação de coleções (Casa-Museu Almeida Moreira, da Casa-Museu Leal da Câmara e da Casa-Museu Frederico de Freitas).

Conclusão

Os resultados que apresentámos assentam na análise de dados recolhidos numa amostra representativa da situação dos arquivos das casas-museu em Portugal. Eles permitem-nos afirmar que a existência de acervos com valor histórico e patrimonial relevante, custodiados pelas casas-museu, está longe de ser um fenómeno excecional.

Muitas vezes o acervo fez parte do legado que esteve na origem na musealização da casa. Noutros casos, estava lá simplesmente, como os livros e foi um facto com que os intervenientes no processo de musealização tiveram de lidar.

Apesar da afirmação do valor dos acervos para as atividades do museu pelos técnicos responsáveis, verifica-se frequentemente que o tratamento da documentação do arquivo e da biblioteca fica à espera de melhores dias. Noutros casos, essa documentação foi simplesmente depositada em instituições arquivísticas ou em bibliotecas. No conjunto, os acervos permanecem pouco explorados, por vezes mal identificados, se não mesmo invisíveis para o público. Faltam documentos de trabalho, como planos de classificação e de instrumentos de acesso a essa informação (inventários, listas e catálogos). Isto não resulta de qualquer atitude institucional defensiva relativamente ao seu acesso pelo público mas da subalternização da função arquivística nos museus. O desconhecimento dos acervos, por sua vez, impede a sua utilização plena por parte das instituições museológicas nas suas atividades.

Várias razões podem ser adiantadas para explicar este facto. Em primeiro lugar, pesam neste universo as casas-museu de notáveis que, no essencial, foram constituídas para manter reunidas e para exhibir as suas coleções de arte *ou que acabam por centrar a sua atividade na exposição das suas coleções de arte e de artefactos*. A prática de proceder a aquisições ou de buscar novas incorporações não é frequente. Depois, escasseiam os recursos humanos especializados no tratamento da documentação arquivística, capazes ainda de manter o elo com a atividade do museu de forma a utilizar esses recursos na captação de novos públicos. Em terceiro lugar, não é perceptível neste contexto qualquer relação entre os públicos e valorização dos acervos patrimoniais. Finalmente, e como consequência, faltam recursos materiais e financeiros para tratar a documentação e até para proceder a novas aquisições.

A diversidade de situações torna, porém, a generalização difícil no que respeita às características dos acervos: encontramos espólios literários, documentos pessoais e familiares, coleções e mesmo documentação empresarial e de associações, por vezes, reunidas numa mesma sala. Em algumas casas não encontramos documentação histórica praticamente e noutras temos arquivos de grande dimensão e complexidade. Em todo o caso, a valorização destes acervos poderá ser pensada no contexto da qualificação das coleções museológicas, da valorização simbólica dos espaços e dos valores que são representados. O depósito ou transferência da documentação histórica para uma instituição arquivística não deve dar lugar à quebra do elo intelectual e físico com as coleções museais e com a casa. Importa por isso explorar o arquivo de forma eficaz na relação entre o museu e as suas comunidades. Deste tipo de programas dependem os estudos sobre as coleções museológicas, as personalidades e as instituições que, afinal, representam o seu maior capital. Nesta perspetiva, será desejável que se esbatam as fronteiras criadas pelas práticas

profissionais entre os acervos históricos e os de gestão administrativa dentro das instituições museológicas.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Fátima; FERREIRA, Fernanda (2006) – O fundo documental da Mundet: do Inventário de Património Industrial Corticeiro no concelho do Seixal à história empresarial da Mundet & cia. Lda., *2ª Conferência Internacional de Arquivos Empresariais*, Seixal, 26 e 27 de Outubro de 2006.
- ALVIM, Luísa (2009) – *Os Sítios Web das Casas Museu e Fundações de escritores Ibéricas* Casa de Camilo– Museu. Centro de Estudos, Famalicão. – Documento de trabalho disponível em <https://uevora.academia.edu/LuisaAlvim/Papers> (último acesso 22/04/2014).
- BENNETT, Tony (1995) – *The Birth of the Museum: History, Theory, Politics*, Londres, Routledge, 1995.
- BRYANT, Julius; BEHRENS, Hetty (2007) – Progress Report and Plan. In *The DEMHIST Categorisation Project For Historic House Museums*. – disponível no sítio do Internacional Committee for Historic House Museums em <http://demhist.icom.museum/> (ultimo acesso 20/04/2014).
- BUTCHER–YOUNGHANS, Sherry (1993) – *Historic House Museums: practical handbook for their care, preservation and management*, Oxford, Oxford University Press.
- CABALLERO ZOREDA, Luís (1988) – “La documentación museológica”. In *B. Anabad*, XXXVIII (1988), num. 4., pp. 455–483.
- DELICADO, Ana (2008) – Produção e reprodução da ciência nos museus portugueses, *Análise Social*, vol. XLIII (1.º), 55–77.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François, ed.s (2013), *Conceitos-chave de Museologia*, Paris, ICOM; Armand Colin.
- EUA. SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS (SAA) [2013a], “Museum Archives Guidelines” doc. html disponível em <http://www2.archivists.org/groups/museum-archives-section/museum-archives-guidelines>
- EUA. SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS (SAA) [2013B], “Museum Archives Section: Standards & Best Practices Resource Guide”, <http://www.archivists.org/saagroups/museum/standards.htm#arrange> (último acesso, 22/04/2014).
- FERREIRA, Fernanda; FILIPE, Graça (2005) – O Ecomuseu Municipal do Seixal, a investigação e a preservação de património documental e arquivístico industrial. In CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ARQUIVOS EMPRESARIAIS, Famalicão, 2004 – *Arquivos empresariais [Documento electrónico]: da gestão quotidiana à memória histórica*. Multimédia. Lisboa: Núcleo de Estudos de História Empresarial. 1 disco (CD-ROM).
- FINDLEN, Paula (1980) – The Museum: its classical etymology and renaissance genealogy, *Journal of the History of Collections* 1 (1), 1989, pp. 59–78.

- GOMES, Nácia C. (2012) – *Para Um Roteiro da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça*. Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia na FCSH/UNL, Lisboa.
- ICOM. International Council of Museums (2004), *Code of Ethics for Museums*, Paris, 2013.
- KANAWATI, Dina (2006) – *Founding or Funding: Are Historic House Museums in Trouble?*, Dissertação de Mestrado em Ciências Históricas apresentada na Universidade da Pensilvânia.
- MORRIS, Sammie L. – *Starting from Scratch: How to Create a Museum Archives*, 2006, Libraries Research Publications. Paper 45, disponível na Purdue e-Pubs, em http://docs.lib.purdue.edu/lib_research/45 (último acesso, 22/04/2014).
- PAZ, Laurinda (2013) – *Arquivos de Casas-Museu. O Arquivo da Casa dos Patudos*, Universidade de Évora. 2 vols. – Dissertação de mestrado em Ciências da Informação (ramo arquivos).
- PEREIRA, Ana Leonor e outros (1999) – *Retrato de Egas Moniz*, Braga, Círculo de Leitores.
- PONTE, António (2007) – *Casas Museu em Portugal: Teoria e Prática*, Dissertação em museologia apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RAMALHINHO, Graça; ALVES, Maria Judite (2007) – Arquivo Histórico do Museu Bocage. In José Pedro Sousa Dias (coord.) – *Memória da Universidade: Uma Enciclopédia do Ensino, Ciência e Cultura na História da Universidade de Lisboa*. – (Wiki), 23 de Janeiro de 2012 – <http://memoria.ul.pt> (último acesso 2/06/2014).
- RAMOS, Manuel Castelo (2010) – A Fábrica do Inglês: reabilitação do património industrial corticeiro, *Encontro Internacional de Património Cultural, Cortiça e os Museus*, Seixal, 2-3- de Julho de 2010 – <http://www.retecork.org/pdf/museos/ponencia10.pdf> (último acesso em 16/04/2014)
- REINO UNIDO. STANDING CONFERENCE ON ARCHIVES AND MUSEUMS (SCAM) [2002], *A Code of Practice on Archives for Museums and Galleries in the United Kingdom*, 3ª edição, 2002. – Disponível em <http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/home.htm> (último acesso 20/04/2014).
- SALVADO, Cátia Antunes dos Santos (2008) – *Uma família de fotógrafos: Carlos e Margarida Relvas*, Coimbra. – Tese de mestrado em museologia.
- SILVA, Joana Judite Gonçalves (2009) – *Análise do “Arquivo Histórico” do Museu Nacional de Soares dos Reis: Percursos narrativos*. Relatório de estágio, Mestrado em História e Património, Porto, FLUP, 2009, pp.18-20.
- WYTHE, Deborah (2004) – *Museum Archives: An Introduction*, Chicago: Society of American Archivists, Museum Archives Section.

Anexos

ID	NOM	CL	API	AFI	CW	PW	PWI	INF	CAT	PUB
1	Atelier Anjos Teixeira	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
2	Casa de Tormes	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
3	Casa dos Patudos	2	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
4	Casa Manuel de Arriaga	1	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
5	Casa-Museu Adelino Ângelo	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
6	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	1	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
7	Casa-Museu Almeida Moreira	1	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
8	Casa-Museu Aquilino Ribeiro	1	Sim*	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
9	Casa-Museu Bissaya Barreto	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
10	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	1	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
11	Casa-Museu de Leal da Câmara	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
12	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	2	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
13	Casa-Museu Eng. António de Almeida	2	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
14	Casa-Museu Fernando Namora	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
15	Casa-Museu Frederico de Freitas	2	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	sim
16	Casa-Museu Guerra Junqueiro	2	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
17	Casa-Museu João de Deus (S.B.Messines)	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
18	Casa-Museu José Maria da Fonseca	1	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
19	Casa-Museu José Régio (Portalegre)	2	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
20	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	2	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
21	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia	1	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
22	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	2	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
23	Casa-Museu Medeiros e Almeida	2	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
24	Casa-Museu Passos Canavarro	1	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
25	Casa-Museu Pintor José Cercas	1	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
26	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	9	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
27	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
28	Espaço Memória Palmira Bastos	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
29	Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	2	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
30	Museu Ferreira de Castro	1	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim

Legenda: ID. número de ordem; NOM . designação, CL. Classe (ver texto); API. Existe arquivo histórico na instituição; AFI. Arquivo depositado fora da instituição; CW. Contactos disponíveis na web; PW. Tem domínio próprio; PWI. Tem página alojada na entidade tutelar ou noutra instituição; INF. Tem informação sobre a documentação que dispõe; CAT. Dispõe de catálogo na web; PUB. Produziu publicações.

Tabela 3

IDCM/P, 2012: Lista das Casas-Museu e visibilidade pública dos seus arquivos

N.º	Designação	Tipo	Tutela	Concelho
1	Casa da Madalena	(9)	Rancho Folclórico Rosa de Lena	Batalha
2	Casa da Glória do Ribatejo	(9)	Associação para a Defesa do Património Etnográfico e Cultural de Glória do Ribatejo	Salvaterra de Magos
3	Casa das Debulhadoras	(9)	Direção Regional da Cultura dos Açores	Santa Cruz da Graciosa
4	Casa de Santa Maria	(3)	Câmara Municipal de Cascais	Cascais
5	Museu da Quinta de Santiago	(2)	Câmara Municipal de Matosinhos	Matosinhos
6	Casa Estúdio Carlos Relvas	(2)	Câmara Municipal da Golegã	Golegã
7	Casa Gafanhoeira	(9)	Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré	Ílhavo
8	Casa Oficina António Carneiro	(1)	Câmara Municipal do Porto	Porto
9	Casa Roque Gameiro	(3)	Câmara Municipal da Amadora	Amadora
10	Casa-Museu 18 de Janeiro de 1934 *	()	Câmara Municipal da Marinha Grande	Marinha Grande
11	Casa-Museu Abel Salazar	(1)	Universidade do Porto	Matosinhos
12	Casa-Museu Acácio Lino	(1)	Associação dos Amigos de Acácio Lino	Oliveira de Azeméis
13	Casa-Museu Alfredo da Silva	(1)	Baía do Tejo – Parques Industriais	Barreiro
14	Casa-Museu Amália Rodrigues	(1)	Fundação Amália Rodrigues	Lisboa
15	Casa-Museu Anselmo Braamcamp Freire	(1)	Câmara Municipal de Santarém	Santarém
16	Museu Bernardino Machado *	()	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão
17	Casa-Museu Camila Loureiro *	()	Câmara Municipal de Sátão	Sátão
18	Casa-Museu Cancioneiro de Águeda	(6)	Cancioneiro de Águeda	Águeda
19	Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães	(3)	Câmara Municipal de Cascais	Cascais
20	Casa-Museu Custódio Prato	(5)	Rancho Folclórico "Os Camponeses da Beira Ria"	Murtosa
21	Casa-Museu de Abílio Matos e Silva e Maria José Salavisa	(1)	Câmara Municipal de Óbidos	Óbidos
22	Casa-Museu de Aljustrel	(9)	Santuário de Fátima	Ourém
23	Casa-Museu de Alpalhão	(9)	Junta de Freguesia de Alpalhão	Nisa
24	Casa-Museu de Alvite	(9)	Associação	Moimenta da Beira
25	Casa-Museu de Camilo	(1)	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão
26	Casa-Museu de Ferro	**	Junta de Freguesia de Ferro	Covilhã
27	Casa-Museu de Jarmelo	(5)	Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo	Guarda
28	Casa-Museu de Maria dos Anjos Rebelo	(9)	Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã	Lagoa
29	Casa-Museu de Miguel Torga	(1)	Câmara Municipal de Coimbra	Coimbra
30	Casa-Museu de Monção	(3)	Universidade do Minho	Monção

31	Casa-Museu de S. Jorge da Beira	(9)	Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira	Covilhã
32	Casa-Museu de Santo António de Vagos	(9)	Rancho Folclórico de Santo António de Vagos	Vagos
33	Casa-Museu do Carvalho	(9)	Liga de Melhoramentos de Carvalho	Pampilhosa da Serra
34	Casa-Museu do Paúl	(9)	Casa do Povo do Paúl	Covilhã
35	Casa-Museu do Rancho Folclórico do Juncal	(9)	Rancho Folclórico do Juncal	Castelo Branco
36	Casa-Museu Dr. José Fernandes Mascarenhas	(2)	Santa Casa da Misericórdia de Moncarapacho	Olhão
37	Casa-Museu Egas Moniz	(1)	Câmara Municipal de Estarreja	Estarreja
38	Casa-Museu Fernando de Castro	(2)	Museu Nacional Soares dos Reis	Porto
39	Casa-Museu Ferreira de Castro (Oliveira de Azeméis)	(1)	Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis
40	Casa-Museu Helena e António Seixas *	()	Câmara Municipal de Pinhel	Pinhel
41	Casa-Museu João de Deus (Lisboa)	(1)	Associação de Jardins Escola João de Deus	Lisboa
42	Casa-Museu da Junta Freguesia de Arrifana	(5)	Junta de Freguesia de Arrifana	Guarda
43	Casa-Museu José Manuel Rosado	(1)	Junta de Freguesia de S. Sebastião	Lagos
44	Casa-Museu José Pedro	(2)	Câmara Municipal de Loures	Loures
45	Casa-Museu Júlio Dinis	(1)	Câmara Municipal de Ovar	Ovar
46	Casa-Museu Manuel Luciano da Silva	(+)	Associação Manuel Luciano da Silva	Vale de Cambra
47	Casa-Museu Manuel Mendes	(1)	Museu do Chiado	Lisboa
48	Casa-Museu Maria da Fontinha	(2)	Arménio de Vasconcelos	Castro Daire
49	Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio	(2)	Câmara Municipal do Porto	Porto
50	Casa-Museu Maurício Penha	(2)	Fundação da Casa-Museu Maurício Penha	Alijó
51	Casa-Museu Monsenhor Alves Brás	(1)	Instituto Secular das Cooperantes da Família	Covilhã
52	Casa-Museu Padre Belo	(2)	Santa Casa da Misericórdia do Crato	Crato
53	Casa-Museu Soledad Malvar	(2)	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova Famalicão
54	Casa-Museu Teixeira Lopes	(2)	Câmara Municipal de Gaia	Gaia

Tabela 4

IDCM/P, 2012: Lista das casas-museu que não responderam ao inquérito: número de ordem, classe, designação, tutela e localização

Nota metodológica: Utilizámos como fonte para a classificação adotada a informação oficial fornecida pelos museus, pelas entidades da tutela ou por entidades oficiais na Web. A descrição da casa normalmente apresenta as suas virtudes principais que mereceram a musealização e que interessam à sociedade, acompanhadas por imagens do exterior e do interior. Por exemplo, na descrição sumária da Casa Museu de Alpalhão em Nisa diz-se que “esta casa pretende retratar uma casa típica e rural desta vila e demonstrar os estilos de vida e as tradições antigas que acompanharam as gentes desta região”. Foi por isso classificada como *Casa Humilde* (9) pois reflete “um tipo de vida perdido e uma antiga forma de construção”. Os casos assinalados com asterisco (*) não foram classificados por não corresponderem à definição de casa-museu. A Casa-Museu 18 de Janeiro de 1934, por exemplo, é um espaço de memória que reúne documentos e objetos alusivos àquele acontecimento marcante na história movimento operário português e que foi instalado num pequeno prédio de habitação térreo e característico do universo do operariado. Também a Casa-Museu Camila Loureiro alberga a coleção da pintora que foi instalado na antiga Cadeia de Sátão. Houve casos em que se verificou estarem encerradas ou terem sido desativadas. Foram assinadas com dois asteriscos (**). Nos casos em que não foi encontrada informação suficiente (+).

ID	Designação	Arquivo	Biblioteca	Centro de Documentação
1	Atelier Anjos Teixeira	Sim	Sim	Não
2	Casa de Tormes	Sim	Sim	Sim
3	Casa dos Patudos	Sim	Sim	Não
4	Casa Manuel de Arriaga	Sim	Sim	Sim
5	Casa-Museu Adelino Ângelo	Não	Não	Não
6	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	Sim	Sim	Não
7	Casa-Museu Almeida Moreira	Sim	Sim	Sim
8	Casa-Museu Aquilino Ribeiro	Não	Sim	Não
9	Casa-Museu Bissaya Barreto	Não	Não	Sim
10	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	Sim	Sim	Sim
11	Casa-Museu de Leal da Câmara	Sim	Sim	Sim
12	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	Sim	Sim	Não
13	Casa-Museu Eng. António de Almeida	Sim	Sim	Sim
14	Casa-Museu Fernando Namora	Não	Sim	Não
15	Casa-Museu Frederico de Freitas	Sim	Sim	Sim
16	Casa-Museu Guerra Junqueiro	Sim	Sim	Não
17	Casa-Museu João de Deus (Messines)	Sim	Sim	Sim
18	Casa-Museu José Maria da Fonseca	Sim	Não	Não
19	Casa-Museu José Régio (Portalegre)	Não	Não	Não
20	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	Sim	Sim	Sim
21	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia	Sim	Não	Não
22	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	Sim	Sim	Sim
23	Casa-Museu Medeiros e Almeida	Sim	Sim	Não
24	Casa-Museu Passos Canavarro	Não	Sim	Não
25	Casa-Museu Pintor José Cercas	Não	Não	Não
26	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	Sim	Não	Não
27	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	Sim	Sim	Sim
28	Espaço Memória Palmira Bastos	Sim	Não	Não
29	Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	Sim	Sim	Não
30	Museu Ferreira de Castro	Sim	Sim	Sim

Tabela 5

Casas-Museu com arquivo, biblioteca ou centro de documentação

Fonte: IDCM/P, 2012

ID	NOM	CRON	DIM	INS	TRAT	INV
1	Atelier Anjos Teixeira	18...- 1997	4	SAL	Sim	Sim
2	Casa de Tormes	14..- 20..	S/R	DEP	Sim	Sim
3	Casa dos Patudos	15..- 20...	57	DEP	Sim	Sim
4	Manuel de Arriaga	1881-1917	(*)	S/R	S/R	Sim
5	Adelino Ângelo	S/R	S/R	S/R	S/R	S/R
6	Afonso Lopes Vieira	1849 -	0,5	ARQ	Não	Sim
7	Aquilino Ribeiro	S/R	S/R	S/R	S/R	S/R
8	Bissaya Barreto	1886-2009	Sim	DEP	Sim	Sim
9	Comendador Manuel Nunes Correia	S/R	S/R	S/R	S/R	S/R
10	Almeida Moreira	1880-1994	S/R	SAL	Sim	Sim
11	Leal da Câmara	189..- 1965	11,30	SAL	Sim	Sim.
12	Dr. Anastácio Gonçalves	F189..-1965	S/R	DEP	Sim	Sim
13	Dr. José Fernandes Mascarenhas	S/R	S/R	S/R	Não	S/R
14	António de Almeida	S/R	S/R	DEP	Sim	Não
15	Frederico de Freitas	S/R	S/R	ARQ	S/R	S/R
16	Guerra Junqueiro	S/R	S/R	S/R	Não	Sim
17	João de Deus	S/R	6	DEP	Não	Sim
18	José M. Fonseca	16..-201..	S/R	S/R	S/R	S/R
19	José Régio (Portalegre)	1918-1969	S/R	Não	Não	Sim
20	José Régio (Vila do Conde)	187..-19..	18	DEP	Sim	Sim
21	Manuel Ribeiro de Pavia	S/R	S/R	S/R	S/R	S/R
22	Marieta Solheiro Madureira	18..-19..	10	DEP	Não	Sim
23	Medeiros e Almeida	1920-201..	S/R	SAL	Não	Sim
24	Passos Canavarro	17..-201..	S/R	ARQ	Sim	Sim
25	José Cercas	S/R	S/R	S/R	S/R	S/R
26	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	S/R	S/R	DEP	Sim	Sim
27	Reynaldo dos Santos	1880-2004	120	SAL	Sim	Sim
28	EM Palmira Bastos	S/R	S/R	S/R	S/R	S/R
29	F. Dionísio e Alice Pinheiro	S/R	4	SAL	Sim	Sim
30	Museu Ferreira de Castro	S/R	63	Salas	Sim	Sim

Legenda: ID. Número; NOM. Designação da Casa-Museu; CRON. Datas extremas da documentação; DIM. Dimensão (em metros lineares); INS. Instalação (em salas, SAL; em depósito, DEP; transferido para uma instituição arquivística, ARQ); TRAT. Documentação já tratada ou com o tratamento em curso; INV. Permite a consulta de investigadores externos mediante determinadas condições. S/R Sem resposta. (*) arquivo digital

Tabela 6
Casas-museus: estado da documentação

Notas

¹ No que respeita aos arquivos dos museus científicos, tal sucedeu com a coleção documental do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa ou com as coleções e espólios do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu Geológico. No que respeita aos arquivos dos museus de cultura, refira-se o arquivo do Museu Nacional do Teatro, o arquivo fílmico e videográfico da Cinemateca Portuguesa, os Arquivos Sonoros Portugueses, entidade associada ao Museu da Música Portuguesa, o Arquivo Sonoro de Michel Giacometti no Museu Nacional de Etnologia (RAMALHINHO & ALVES, 2007; DELICADO, 2008). V. tb. “Biblioteca e Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia”, *IGESPAR*, documento html disponível em <http://www.igespar.pt>; “Museu da Música Portuguesa – Arquivos Sonoros Portugueses”, doc. html em <http://www.cm-cascais.pt/museu-da-musica-portuguesa-arquivos-sonoros-portugueses>. A informação sobre o espólio Giacometti encontra-se no blogue oficial do MNE (<http://mnetnologia.wordpress.com/biblioteca-e-mediateca/arquivo-sonoro-de-michel-giacometti-no-mne/>). Sobre o arquivo da cinemateca veja-se <http://www.cinemateca.pt/Servicos/Acesso-Arquivo-Filmico.aspx>, (último acesso, 15/04/2014).

² O termo *coleção* é partilhado tanto pela arquivística como pela museologia mas com diferente conceptualização. O adjectivo “museal” (de outra forma desnecessário) indica neste (con)texto o referencial teórico em que se inscreve (v. *infra*).

³ Serve de exemplo o Museu do Hospital e das Caldas, em Caldas da Rainha, que tem à sua guarda o fundo documental do Hospital Termal de Caldas da Rainha e do Hospital de Santo Isidoro (datas extremas 1512 – 2000). Ver “Arquivo Histórico” em <http://museudohospital.wordpress.com/arquivo-historico-e-biblioteca/> (último acesso 16/04/2014).

⁴ Veja-se “Fundos e Coleções”, *Museu dos Lanifícios*. – U.B.I.; doc. html disponível em <http://www.museu.ubi.pt/> (último acesso, 15/04/2014).

⁵ Refira-se, a título de exemplo, o caso da Fábrica Perienes, de conservas de peixe, em Setúbal, depois Museu do Trabalho, que incorporou documentação do seu arquivo empresarial; da Fábrica Mundet, que passou a integrar o Ecomuseu do Seixal; ou o Museu de Portimão. O Centro de Documentação e Arquivo Histórico do Museu de Portimão reúne documentação de arquivo de fábricas de conservas da região, de construtores navais, arquivos familiares e pessoais, arquivos de associações bem como de arquivos de confrarias, irmandades e misericórdias e da administração local. A lista destes fundos encontra-se em “Arquivo Histórico”, *Museu de Portimão*. – Doc. html disponível em <http://www.museudeportimao.pt/pt/menu/34/arquivo-historico.aspx#grupo-de-fundos-administracao-local> (último acesso 16-04-2014). A intervenção no arquivo da Mundet foi descrita por FERREIRA & FILIPE (2005) e AFONSO & FERREIRA (2006). Neste contexto, refira-se que arquivo do museu industrial Fábrica do Inglês, de iniciativa privada, foi salvaguardado e organizado no âmbito daquele projeto museológico (Ramos, 2010). Com a falência da empresa que geria o museu, o arquivo passou para o Arquivo Distrital de Faro.

⁶ Note-se, a este respeito, que o aparato conceptual da museologia centra-se sobre as coleções e não sobre o princípio da proveniência. De acordo com o *Código de Ética do ICOM*, “Museums have the duty to acquire, preserve and promote their collections as a contribution to safeguarding the natural, cultural and scientific heritage. Their collections are a significant public inheritance, have a special position in law and are protected by international legislation. Inherent in this public trust is the notion of stewardship that includes rightful ownership, permanence, documentation, accessibility and responsible disposal” (ICOM, 2013). DESVALLÉES & MAIRESSE (2013, p.32) definem coleção como “um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto seja esta uma coleção pública ou privada”.

⁷ Uma abordagem deste tipo, que insiste no registo, descrição e controlo dos objetos museais, é comum à literatura sobre a documentação museológica e encontra-se, por exemplo, em CABALLERO ZOREDA (1988). Desde então foram feitos enormes progressos no sentido da normalização e da gestão integrada de coleções museológicas, que as normas promovidas pelo Comité Internacional para a Documentação do ICOM (CIDOC) e a britânica SPECTRUM, desenvolvida pela Collections Trust e seguida atualmente em 40 países, testemunham. Ver portal do ICOM. International Committee For Documentation <http://network.icom.museum/cidoc/> (último acesso 16-04-2011). A

normalização do inventário museológico em Portugal data do início da década de 1990 e esteve também ligada ao potencial aberto pelas TIC, com o desenvolvimento do projeto Matriz e à constituição da rede de museus. A publicação das *Normas de Inventário* especializadas pelo I.M.C. é, porém, posterior.

⁸ Serve de exemplo o arquivo histórico do Museu Soares dos Reis cuja documentação se reduz a uma única prateleira. Mesmo a antiga documentação administrativa, como os inventários de 1834 e 1839 e os livros de atas parece encontrar-se na Academia de Belas Artes, outros no Governo Civil, acabando por essa via por ingressar no Arquivo Distrital. A maior parte do acervo é constituída pela documentação de gestão do extinto Museu Municipal do Porto que acompanhou as suas coleções incorporadas naquele museu. Admite-se que “a documentação e os objetos legados formam um todo” mas isso, por vezes, não ocorre na prática. Veja-se SILVA, 2009.

⁹ Como nosso ponto de partida, António Ponte identificara dez casas, que foram classificadas como de «Interesse Biográfico», «constituídas por manuscritos, correspondência, escritos, biografias, recortes, objetos pessoais, trabalhos diversos». Entre elas encontramos as casas de Manuel Mendes, Leal da Câmara, António Carneiro, Camilo Castelo Branco, Fernando Namora, José Régio (V. Conde), Abel Salazar, Aquilino Ribeiro e Horácio Bentes Gouveia. (Ver PONTE, 2007, pp. 25–30).

¹⁰ Sobre este inquérito e a metodologia nele utilizada remetemos o leitor para a dissertação de mestrado em Ciências da Informação (ramo arquivos) de Laurinda PAZ, 2013.

¹¹ Nem sempre o esforço público para homenagear um notável local a partir do seu espólio deu lugar à constituição de uma casa-museu. Serve de exemplo o Museu Bernardino Machado. Em 1995, após a Mostra do Acervo, doado pelos seus familiares ao município, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu instalar o museu no Palacete Barão da Trovisqueira. Não se trata, pois, da casa daquele republicano e o esforço de musealização não foi dirigido para a reconstituição epocal da casa. Este tipo de casos encontra-se fora da definição de casa-museu. Ver mais informação em <http://www.bernardinomachado.org/> (último acesso 21-04-2014). Por outro lado, outros municípios ou entidades têm procurado explorar o valor simbólico de notáveis para criar espaços de uma memória evocativa. Serve de exemplo a casa Bocage, recuperada pelo município, que acolhe uma exposição permanente com peças de arte e livros do Museu de Setúbal/Convento de Jesus e documentos da Biblioteca Municipal de Setúbal, instalada na casa onde terá vivido o poeta sadino. Ver “Casa Bocage”, <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/museus/72> (último acesso 21-04-2014). Também este caso não se inscreve, de acordo com os critérios que adotámos, na categoria das casas-museu por lhe faltar a dimensão museológica.

¹² A informação sobre organismo, atividades, conferências, publicações pode ser consultada em “Internacional Committee for Historic House Museums” em <http://demhist.icom.museum/> (ultimo acesso 20/04/2014).

¹³ Na “Lista dos museus em Portugal” existente na *Wikipedia* encontramos 29 títulos “casas-museu”. Porém, já no sítio de referência *MuseusPortugal.org* podemos identificar 51 de instituições de tipo 1, onde se refere acidentalmente a existência de serviços de biblioteca mas sem referir serviços de arquivo ou coleções documentais. Na Rede Portuguesa de Museus encontravam-se 113 unidades museológicas com o termo “casa” (A. Ponte, 2007, p.3). A. Ponte na sua tese analisa os dados de 39 “casas-museu” que tinham sido identificadas no inquérito realizado pelo Observatório das Atividades Culturais e pelo Instituto Português de Museus realizado em 1998. Nádía Gomes identifica 165 casas-museu. Destas, havia 30 encerradas, 2 eram ainda habitadas. Nádía Gomes apresenta uma proposta de classificação de 135 casas-museus (2012, pp.43–45).

¹⁴ *O Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro* da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, publicado na Web recuperou 29 unidades museais com o termo “casa-museu mas a maior parte delas são “casas etnográficas” que ficaram de fora do nosso objeto de análise.

¹⁵ V. PEREIRA e outros (1999) e sobre Carlos Relvas, v. Salvado, 2008. A Casa-Museu Manuel Mendes integra o Museu do Chiado, através de doação do artista Manuel Mendes. O tratamento arquivístico foi feito pela Fundação Mário Soares. Ver <http://www.fmssoares.pt/iniciativas/iniciativa?id=000128> (último acesso 20/04/2014).

¹⁶ Esta classe de casas-museu tem sido identificada como casas-museus etnográficas. Este qualificativo, porém, tem sido utilizado de forma muito elástica, designando casas-museu que entram noutras classes, nomeadamente, as Casas de Comunidade, Casas Nobres, etc.

¹⁷ O acervo designa o conjunto de documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora (V. ICA, *Multilingual Archival Terminology*, <http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1930> (último acesso 23-04-2014). É um termo pouco preciso mas, precisamente por isso, que se revelou útil pois descreve a natureza

inorgânica e/ou compósita da documentação de arquivo que encontramos nas casa-museu. Esta pode ter sob a forma de coleções documentais, criadas artificialmente pelo homenageado ou comunidade, a que se juntam fundos empresariais, documentação pessoal, etc. V. tb. Caballero Zoreda, 1988.

¹⁸ Veja-se a informação sobre a Casa-Museu no portal da fundação (<http://www.fbb.pt/>), último acesso em 21/04/2012).

¹⁹ No entanto, a Casa-museu José Régio (Portalegre) integra a vasta coleção bibliográfica do homenageado, que se encontra distribuída pelas salas, como na época em que o escritor ali residia.

²⁰ Os acervos das casas-museu Afonso Lopes Vieira, de Oliveira de Azeméis e de João de Deus (São Bartolomeu de Messines) foram doados por beneméritos, indivíduos sem laços familiares com os homenageados. Foi o caso, por exemplo, do pequeno acervo do ilustrador neorrealista Manuel Ribeiro (1907-1957) que foi doado à casa-museu “pelo filho da proprietária do quarto que o artista alugara para sua residência em Lisboa”. Na amostra constituída pelas respostas ao Inquérito desconhecemos a forma de aquisição em 6 casos.

²¹ É o caso da Casa-Museu Frederico de Freitas, onde o acervo “não foi propriamente doado porque não consta de nenhuma relação. O Dr. Frederico de Freitas legou o recheio da sua casa de residência e esse acervo documental encontrava-se dentro de algum mobiliário” (*Resposta ao Inquérito...* 2012).

²² O *arquivo histórico* das casas-museu designa toda a documentação conservada que fez parte da doação ou que foi doada por terceiros, inclui a documentação adquirida ou incorporada pela instituição pelo seu valor histórico ou memorialístico (fundos e coleções), bem como a documentação de gestão das coleções, como os inventários, e produzida pelo próprio museu, que não se encontra ativa, e que é conservada pelo seu valor secundário. Esta documentação é frequentemente reunida em salas, depositada noutros edifícios, entregue à gestão da tutela, integrando os seus arquivos, ou transferida para outras entidades (v. *infra*). Neste caso, referimo-nos apenas à documentação anterior à constituição das casas-museu.

²³ Não responderam a este quesito 7 casas-museu. Das instituições museológicas que afirmaram ter pessoal responsável pelo arquivo, apenas uma reconhece que o acervo ainda não foi intervencionado. Trata-se da Casa-Museu João de Deus (S. Bartolomeu de Messines).

²⁴ O inquérito recolheu 10 respostas negativas nesta questão e em 3 casos afirmou-se que estava em curso um plano de classificação.

²⁵ Foram omissas na resposta a esta questão 8 entidades.

²⁶ Isto não significa que estas salas cumpram os requisitos de conservação e de segurança desejáveis. São essencialmente espaços afastados do público. Não responderam a este item do inquérito 10 entidades.

²⁷ Constitui exceção a Casa-Museu Eng. António de Almeida que informou que o acervo “não está aberto a qualquer pessoa ou entidade externa à Fundação”.

²⁸ O “Arquivo Histórico da Casa dos Patudos” encontra-se sumariamente descrito na página web “Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça” alojada no sítio do município de Alpiarça. O catálogo, muito parcial, encontra-se em <http://bibalp.dyndns.org/docbweb> e disponibilizam-se aí bastantes cópias digitais de três séries documentais, as quais representam menos de 1 por cento da documentação do arquivo (último acesso 21/04/2014).

²⁹ A Casa-Museu “Abel Salazar”, que não respondeu ao Inquérito, tem a sua documentação de arquivo descrita no seu sítio web (<http://cmas.up.pt/>). O “arquivo on line” é descrito na página “Biblioteca Virtual”. O utilizador é reencaminhado para A Casa Comum (<http://casacomum.org/>). A biblioteca, por sua vez, foi integrada Universidade do Porto, sendo descrita no seu catálogo geral.

³⁰ “Os documentos de arquivo, tratados e disponíveis são um importante contributo e uma mais-valia para o desenvolvimento da instituição, pois constituem a base de trabalho segura para o desenvolvimento da atividade museal. Documentos acessíveis, estruturados ajudam a decidir e a responder com segurança”. (Resposta da Casa-Museu José Régio (de Portalegre) ao Inquérito). Esta entidade não dispõe de um arquivo.